



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2017.0000617823**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0007637-68.2009.8.26.0363, da Comarca de Mogi-Mirim, em que é apelante OLINDA APARECIDA DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado ALL AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA SUL S/A.

**ACORDAM**, em 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores KIOITSI CHICUTA (Presidente sem voto), LUIS FERNANDO NISHI E CAIO MARCELO MENDES DE OLIVEIRA.

São Paulo, 17 de agosto de 2017.

**GIL CIMINO**

**RELATORA**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

APELAÇÃO nº 0007637-68.2009.8.26.0363

APELANTE: OLINDA APARECIDA DOS SANTOS

APELADA: ALL AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA SUL S/A

COMARCA: MOGI-MIRIM

**Responsabilidade Civil. Acidente de Trânsito. Ação de indenização fundada em dano moral. Culpa exclusiva da vítima pelo acidente. Travessia na linha férrea de modo displicente, sem atenção e cuidado necessários. Concorrência de culpa que só se admitiria na ausência de fiscalização da ré, o que não se verifica no caso em tela. Verba honorária, no entanto, reduzida para R\$ 2.500,00 no total. artigo 20, parágrafos 3º e 4º do CPC/73. (art. 85 do CPC/15). Recurso parcialmente provido para este fim.**

**Voto nº 8949**

**Olinda Aparecida dos Santos** apela da sentença prolatada pelo D. Emerson Gomes Queiroz Coutinho, nos autos da ação de indenização fundada em danos morais, ajuizada em face de **All América Latina Logística Malha Sul S/A.**, julgada improcedente.

Foram opostos Embargos de Declaração pela autora, no qual foram rejeitados (fls. 298/299). Manifestação do Ministério Público.(fls. 272/274).

Como razão para recorrer, a autora sustenta que houve culpa concorrente, entre o comportamento da vítima, eis que

comissivo ao escolher o acesso de transposição de linha férrea, e a conduta omissiva da ré, porquanto ausente fiscalização, naquele local. Mais: Afirmar ser indevida a sua condenação dos honorários do patrono no percentual de 10% do valor da causa, porque inexistiu o direito material invocado, o que havia, então, de ser aplicado o art. 20 § 4º do CPC.

O recurso ascendeu acompanhado das contrarrazões.

### **É o Relatório.**

Consta dos autos que o filho da autora faleceu em 18 de janeiro de 2009, decorrente do atropelamento por composição férrea, de propriedade da empresa Ré.

Diz a autora inexistir no local fiscalização, motivo pelo qual permite-se a travessia de pedestres sem qualquer dificuldade. Por isso atribuiu à ré a responsabilidade do acidente; fundada na negligência pelo evento, aos atos praticados a terceiros pela estrada de ferro, seus empregados e prepostos, que não passageiros ou proprietários lindeiros.

O recurso não merece provimento, adianta-se.

Isto porque, há de ressaltar que se cuida, na espécie, de responsabilidade civil extracontratual, porque não havia relação contratual entre as partes.

Mas, ainda que se a admitisse no caso concreto, os elementos de prova colacionados para os autos revelam culpa exclusiva da vítima.

Sem embargo, a fala do maquinista, ouvida nos autos do inquérito policial (fls. 40), esclarece a dinâmica do infeliz episódio:

*“existe um pátio de cruzamento de trens, que de lá partiu após a passagem de outra composição que seguia em sentido contrário à sua, ou seja de Rio Claro para Itu: que, quando a composição imprimia uma velocidade de aproximadamente 35 km/h ao fazer uma curva notou a existência de um corpo com o tronco entre as linhas e membros decepado fora dos trilhos; que, freou a composição porém devida a pouca distância acabou passando a cerca de 10 vagões sobre este corpo; que, tudo indica que tal pessoa havia sido colhida por outra composição, provavelmente por aquela que o declarante cruzou anteriormente no bairro Tatu(...).*

Disso, se extrai que não restou evidenciado qual foi de fato a composição férrea que atingira a vítima primeiramente, o que veio a ocasionar a morte da vítima.

Além disso, o laudo pericial do Instituto Criminalística constou: *“Tratar-se de trecho de linha férrea, situada às margens da marginal Jurandir Paixão, na altura do Horto Florestal próximo à “ETA”, onde jazia o cadáver sob a composição férrea em*

**local ermo, de difícil acesso...(grifo nosso)”(fls. 42).**

No mesmo sentido concluíra o Digníssimo Senhor Promotor de Justiça, no Inquérito Policial nº. 183/09, que culminou em seu arquivamento, sob o argumento de ***“não há elementos que aponte o averiguado como o autor do acidente”***.(fls.272/274).

Assim, outra não poderia ser a conclusão dada pelo sentenciante, já que o filho da autora assumiu o risco de ser atropelado, porquanto se locomovia em lugar ermo e de difícil acesso, como restou revelado através do laudo supracitado, o que afasta a responsabilidade da ré, pois, único culpado pela ocorrência do infeliz episódio, o que afasta a alegada culpa concorrente.

E neste sentido, sobre o tema, com profundidade observou o eminente Des. Ruy Coppola, no julgamento de Recurso de Apelação nº 0192738-65.2007, julgado em 27/05/2010.

***“De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no caso de atropelamento de pedestre em via férrea, estará caracterizada a concorrência de culpas quando a concessionária descumpre o dever de cercar e fiscalizar os limites da linha férrea, ainda mais em locais urbanos e populosos, e quando a vítima atravessa a linha férrea em local inapropriado sem tomar***

*as cautelas devidas de segurança. Desta forma, cabe à empresa concessionária de transporte ferroviário fiscalizar e impedir o trânsito de pedestres em suas vias, e o pedestre deve se cercar dos cuidados necessários para evitar a ocorrência de sinistros.”.*

De modo que, provada a culpa exclusiva da vítima, o caso não era de condenar a ré ao pagamento de indenização.

Por fim quanto ao valor fixado a título de honorários advocatícios, é sabido que deve guardar relação com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de modo a remunerar adequadamente o advogado pelo trabalho desenvolvido.

Entretanto, o valor arbitrado em 10% do valor da causa - R\$ 162.750,00 -, de fato se revela exorbitante, o que agora se reduz para R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) no total, em atenção ao que dispõe o artigo 20, parágrafos 3º e 4º do CPC/73 (art. 85, do CPC/15), com observação do artigo 12 da Lei 1.060/50.

Ante o exposto pelo meu voto, dou parcial provimento ao recurso, para alterar a disciplina da sucumbência, nos termos acima expostos.

**MARIA DE LOURDES LOPEZ GIL**

**Relatora**